



Texto Livre: Linguagem e Tecnologia  
E-ISSN: 1983-3652  
revista@textolivre.org  
Universidade Federal de Minas Gerais  
Brasil

Pinto de Faria Valadares, Marcus Guilherme  
A BIOPOLÍTICA HOJE: TECNOLOGIA, IMAGEM E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE  
Texto Livre: Linguagem e Tecnologia, vol. 7, núm. 1, enero-junio, 2014, pp. 116-128  
Universidade Federal de Minas Gerais

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=577163624011>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

re<sup>2</sup>alyc.org

Sistema de Informação Científica  
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

## A BIOPOLÍTICA HOJE: TECNOLOGIA, IMAGEM E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE<sup>1</sup>

Marcus Guilherme Pinto de Faria Valadares/Universidade Federal de Minas Gerais

**RESUMO:** As estratégias do poder metamorfosearam-se intensamente ao longo dos últimos séculos, da soberania às disciplinas, até a expansão da biopolítica. Em todos os casos, o poder organizar-se-ia em torno de uma economia do corpo, que partiria do direito de gerar a morte, central na monarquia absoluta, em direção a estratégias cada vez mais sutis e sofisticados que aperfeiçoariam o poder de gerir a vida. Aos poucos, o poder torna-se menos fundamentado em práticas violentas, coercitivas e repressivas para se difundir por meio de práticas produtivas, que se apoiam na autonomia do indivíduo. Em outras palavras, o poder passa a se desenvolver e agir em torno da produção de subjetividade e a imagem exercerá um papel crucial nessa produção. O objetivo do presente artigo é apresentar esse percurso do poder, que vai do suplício à norma e da norma à autonomia, para refletir sobre as estratégias do poder – biopolíticas – no âmbito das imagens e dos vídeos produzidos na mídia, especialmente, na Internet.

**PALAVRAS-CHAVE:** Biopolítica. Subjetividade. Visibilidade.

**ABSTRACT:** The strategies of power metamorphosed intensely over the last centuries, from sovereignty to disciplines, until the expansion of biopolitics. In all cases, power would organize around an economy of the body, which departed from the right to generate death, central to absolute monarchy, toward increasingly subtle and sophisticated stratagems that would improve the power to govern life. Gradually, power becomes less grounded in violent, coercive and repressive practices to diffuse through productive practices that rely on individual autonomy. In other words, power starts to develop and act around the production of subjectivity and image will play a crucial role in this production. The purpose of this article is to present this path of power, ranging from torture to norm, and from norm to autonomy, to reflect on the strategies of power – biopolitics – in images and videos produced in the media, especially the Internet.

**KEYWORDS:** Biopolitics. Subjectivity. Visibility.

### DO PODER SOBERANO À BIOPOLÍTICA

O poder político da sociedade medieval ao século XVII foi marcado pela morte-suplício, prática de um sistema punitivo centrado no poder do soberano, que permitia ao rei o direito de vida e de morte (FOUCAULT, 2009). Esse direito, contudo, não lhe era concedido em sua forma suprema, como o era para o pai de família da sociedade romana, que possuía o direito de descartar a vida de seus filhos e de seus escravos (*patria potestas*). O privilégio concedido ao monarca, por sua vez, era condicionado à ameaça de sua existência e, portanto, uma resposta a uma ação a priori. De forma indireta, poderia expor a vida de seus súditos ao convocá-los para a defesa do Estado ou, de forma direta, poderia retirar-lhes a vida, caso sua lei fosse infringida (FOUCAULT, 1988, p. 147). Neste caso, a infração cometida, em qualquer crime, criaria um impasse entre o infrator e o príncipe, um *crimen majestatis*, que atacaria diretamente a pessoa do príncipe. É diante dessa afronta que o soberano adquire o poder de réplica e o seu poder reativo

encontra no corpo condenado o sítio do emprego de sua *vindicta* soberana (FOUCAULT, 2009).

O suplício do corpo nos cadafalsos, nas fogueiras e nas rodas, é uma cerimônia de controle pelo terror, em que o corpo torna-se objeto da pena cometida, mas que encontra no povo o seu objetivo, ao convocá-lo a testemunhar a força do soberano (CIRINO DOS SANTOS, 2006, p. 289). Desta maneira, a prática é menos servir como exemplo e restabelecer a justiça que reativar o poder do príncipe e tornar visível a dissimetria de sua força em relação a de seus súditos. A execução pública “é a justiça como força física, material e temível do soberano que é exibida. A cerimônia do suplício coloca em plena luz a relação de força que dá poder a lei” (FOUCAULT, 2009, p. 50).

É na época clássica que o direito de “causar a morte” (ou de “deixar viver”) começa a alinhar-se às demandas de um poder que busca *gerir a vida*, em outras palavras, um poder de “causar a vida” (ou “devolver a morte”). O direito de defesa da vida do soberano, que se alicerçava no direito de morte de seus súditos, migra em direção ao corpo social para assegurar que este possua o direito de ter a sua própria vida garantida. A partir desse ponto, o poder direciona as suas forças para sujeitar os corpos, controlar as populações e gerir de forma calculada a vida (FOUCAULT, 1988).

A partir do século XVII, desenvolve-se uma forma imanente de poder, centrada na moldagem dos corpos individualizados e denominada de *disciplina* ou “anátomo-política do corpo humano”. Essa forma de poder, ou mais precisamente, rede de micro-poderes – materializada nas mais diversas instituições sociais, como a escola, o exército, os ateliês, os hospitais – passa a trabalhar na administração e sujeição dos corpos com o objetivo de torná-los dóceis e produtivos, de forma a adequá-los às demandas do liberalismo nascente (FOUCAULT, 1988, p. 151-152). O corpo, como objetivo e lugar de investimento do poder, será aquele “que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam” (FOUCAULT, 2009, p. 132).

Dentro dessas instituições, o poder disciplinar encontra espaço fértil para analisar, acompanhar, alterar e fixar os corpos em sua própria imanência. Esse local, homogêneo, bem delineado e estável, determina, de forma clara, todas as fronteiras (centro/periferia, público/privado, etc.), ao trabalhar por meio dos princípios de exclusão, de segregação e de isolamento.

O poder disciplinar opera por meio do confinamento: é a partir da presença entre ambos, vigia e vigiado, dentro de espaço e tempo racionalizados, que se conseguem traduzir as experiências individuais em informação (BRASIL, 2008, p. 32). O panóptico – modelo de prisão concebido pelo jurista Jeremy Bentham – aparece como exemplar originário desse paradigma e encarna de forma precisa os modos de funcionamento da sociedade disciplinar: uma torre central, com visão para todos os lados, é rodeada por uma construção de anel, dividida em celas incomunicáveis e com janelas vazadas, que acompanham toda a estrutura da construção, para o interior, com acesso à torre, e para o exterior, que permitem que a luz penetre na cela de um lado a outro. O vigia na torre central tem visível o sujeito de cada cela: individualização e vigilância constantes.

O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. Em suma, o princípio da masmorra é invertido; ou antes, de suas três funções — trancar, privar de luz e esconder — só se conserva a primeira e suprimem-se as outras duas. A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra,

que finalmente protegia. A visibilidade é uma armadilha (FOUCAULT, 2009, p. 190).

É a consonância entre confinamento, visibilidade e informação que caracteriza essa arquitetura como um intenso dispositivo de poder. Face à vigilância ininterrupta e espacializada, o indivíduo introjeta a norma e, conseqüentemente, também a exterioriza. Essa territorialização, portanto, que marca a disciplina, acontece de forma parcial, já que ao interiorizar o espaço externo, o sujeito o carrega consigo. Nesse processo, nota-se “alguma organicidade entre a informação e o indivíduo, este sendo ao mesmo tempo sua fonte, seu portador e seu alvo. A informação pode ser, então, descoberta, revelada, extraída de sua própria história e experiência” (BRASIL, 2008, p. 33).

As disciplinas marcam o nascimento de uma arte positiva do corpo, que investirá no aprofundamento de sua sujeição e, igualmente, na potencialização de suas habilidades. Uma mecânica de poder com uma política calculada de gestão do corpo, que controla minuciosamente cada elemento de sua gestualidade, desarticulando-o, transformando-o e recompondo-o. Trata-se de um domínio que, mais que estabelecer o que ser feito, determinará também o como ser feito, segundo técnicas de velocidade e eficiência, para obter o controle sobre o corpo dos indivíduos. É o nascimento de uma anatomia política, que é simultaneamente uma mecânica de poder.

A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ele procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a explosão econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada (FOUCAULT, 2009, p. 133-134).

No âmbito da disciplina, o corpo é moldado institucionalmente, a partir de novas técnicas voltadas a torná-lo dócil e útil. O corpo é trabalhado detalhadamente, os movimentos e os gestos são moldados separadamente de forma mecânica. O objeto de controle, por sua vez, não é mais os elementos que compõem a linguagem do corpo, mas sim a eficácia da organização, dos movimentos, das forças. O trabalho gira em torno de uma economia do corpo (FOUCAULT, 2009, p. 132-133).

Em suma, como nos mostra Duarte (2008), esses micro-poderes disciplinares que se ocupam em gerir os corpos não simplesmente reprimem, mas trabalham na produção de realidades. Ao contrário do poder soberano, que restringe, nega e reprime de forma bárbara e violenta, as técnicas disciplinares e normalizadoras investem, sutil e automaticamente, no efeito desejado. Em outras palavras, esse conjunto de poderes potencializa as forças úteis ao mesmo tempo em que tenta inibir aquelas que possam vir a se tornar linhas de resistência. A disciplina organiza o espaço e trabalha os corpos visando otimizar a maneira com que as atividades humanas são desenvolvidas.

Bruno (2004), a partir do trabalho de Foucault, identifica três pressupostos do poder disciplinar – vigilância, sanção normalizadora e exame – que juntos estabelecem um território propício para o escrutínio do sujeito. Visibilidade e técnicas de observação, constituídas pela tutela desses três elementos, exploram mais que a superfície da pele, penetrando também na própria subjetividade do sujeito, nos seus pensamentos, nos seus desejos, etc. Para Foucault (2009), a disciplina será uma técnica que age sobre o corpo, mas que se dirige em direção à alma. Em outras palavras, “a alma moderna, seja que nome ou conceito lhe tenha sido atribuído – psiquismo, subjetividade, consciência -, é o mesmo efeito, o desdobramento incorpóreo, porém extremamente

real, deste mecanismo disciplinar de adestramento, vigilância e observação dos corpos” (BRUNO, 2004, p. 114).

Nessa perspectiva é importante já perceber que o poder, tal como o pensou Foucault (2009), não se impõe somente como restrição ou proibição àqueles que não o detêm, mais que isso, o poder é um produtor de saberes e de sujeitos sociais. Ambos – poder e saber - estão intrinsecamente conectados, um não existindo sem o outro. Não há constituição de saber sem que haja relações de poder e vice-versa. O poder também não é privilégio daqueles pertencentes à classe dominante, pois ele não é uma propriedade, operando no interior de um conjunto complexo de manobras, táticas e técnicas, uma rede de relações em constante tensão: o poder não é algo que se possui, mas um conjunto de forças que se exercem e se afetam. Longe de serem unívocas, estas forças estabelecem uma série de pontos instáveis, de conflito e de embate, e que não se submetem aos rigores das leis. Seus pontos não podem ser descritos na história, somente os efeitos de instabilidade desses que se encontram espalhados pela rede (FOUCAULT, 2009, p. 29-30).

A partir da segunda metade do século XVIII, segundo Foucault (1988), desenvolve-se uma nova forma de poder, que, neste trabalho, interessa-nos mais de perto: a biopolítica. Em continuidade e ruptura com o poder disciplinar, essa nova forma de poder não se volta somente ao corpo individual, mas se estende ao corpo populacional e se baseia menos no confinamento do que na circulação:

[A biopolítica] centrou-se no corpo espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma biopolítica da população (FOUCAULT, 1988, p. 152).

Foucault (1988) alerta para o fato de que a biopolítica não se coloca em posição inversa ao poder disciplinar. Longe de serem formas antitéticas de poder sobre a vida, ainda que invistam em estratégias distintas, elas se encontram intimamente interligadas. Para Foucault, a norma atravessa as duas formas de poder, em uma continuidade, ainda que em escala e natureza diferentes. Da disciplina à biopolítica, passa-se então do homem-corpo ao homem-espécie e do indivíduo à população (FOUCAULT, 1988, p. 151). De ponta a ponta, mostra Duarte (2008), um poder normalizador se exerce, por um lado, sobre os corpos dos indivíduos, espalhados pelo tecido institucional e, por outro, como política pública, ao administrar a vida das populações.

A partir do século 19, já não importava mais *apenas* disciplinar as condutas, mas também implantar um gerenciamento planejado da vida das populações. Assim, o que se produz por meio da atuação específica do biopoder não é mais apenas o indivíduo dócil e útil, mas é a própria gestão calculada da vida do corpo social (DUARTE, 2008, p. 6).

Poder disciplinar e biopolítica fazem, portanto, investimentos de naturezas opostas, mas complementares, em um crescente investimento no âmbito da vida. Se por um lado, o primeiro restringe, interdita e confina, o segundo, por sua vez, estimula o fluxo, o movimento e a mobilidade. No domínio da biopolítica, o exercício do poder se realiza em meio à circulação de pessoas e mercadorias (FOUCAULT, 1988).

A mudança em relação às disciplinas, contudo, não recai somente em relação ao *espaço*, mas também em relação ao *tempo*, que terá um investimento inclusive maior que o primeiro. Na contemporaneidade, as práticas denominadas anormais perdem seu caráter negativo para assumir uma expressão de intensidade. Nesse contexto, a anormalidade e a culpa são menos importantes que o risco e a responsabilidade. Estes orientam a preocupação atual que não precisam mais suprimir o desejo, mas informar dos riscos expostos tendo em mente o próprio interesse do indivíduo (VAZ, 1997; BRUNO, 2004).

A produção atual de bens ou de si mesmo, portanto, relaciona-se diretamente com a antecipação, tendo em vista a situação futura e os riscos que as manobras do presente implicam (VAZ, 1997). É a previsão e a antecipação do risco que irá contribuir para a emancipação de uma vigilância preditiva e também preventiva, baseada no cálculo e no mapeamento dos fatores que ameaçam o indivíduo. Quanto maior a identificação do indivíduo projetado, maior a eficácia. Contudo, a subjetividade marcada pela antecipação e pela projeção não parece ser a interiorização da identificação com os perfis projetados. Diferente da modernidade, a vigilância, hoje informacional e eletrônica, não pretende atuar na interioridade, mas sim no comportamento, na prevenção do indesejado. “A autovigilância torna-se prioritariamente autocontrole” (BRUNO, 2004, p. 122). Esse autocontrole torna as pessoas cada vez mais apreensivas e cuidadosas com as nossas ações no presente, que devem ser administradas e planejadas, baseadas na previsão.

## 1 A BIOPOLÍTICA NA IMAGEM

Não é à toa que a biopolítica será fundamental para o desenvolvimento do capitalismo em sua fase avançada. Com a velocidade crescente do desenvolvimento tecnocientífico, este se encontra cada vez mais engendrado às estratégias biopolíticas. Colocamo-nos, por isso, em um domínio instável e de incertezas, decorrente da ânsia de lucro por parte das empresas e do poder de gerir a vida por parte da ciência e da tecnologia em escala biológica, social e planetária. A biopolítica, impulsionada pela tecnologia, desloca-nos para um tempo profundo, ao fazer da vida matéria passível a todo tipo de intervenção (BRASIL, 2008, p. 17).

Essa conexão entre biopolítica e tecnociência afeta-nos infinitamente ao penetrar nas mais distintas esferas da vida social. Como nos mostra Rodrigues (2007), os fluxos tecnológicos são aqueles que hoje percorrem e atravessam com maior facilidade e eficácia o espaço coletivo, interferindo em nossas pluralidades de ritmos e controlando singularidades e devires. Esses, contudo, não são os únicos que interferem nos processos de conformação da subjetividade. Sibilia (2008) já nos aponta a atualização do embate biopolítico entre controle e resistência, conformação da subjetividade e gestão das empresas nas produções midiáticas.

Não é por acaso que o homem ordinário parece ganhar maior destaque na contemporaneidade, seja nas redes de consumo e entretenimento, seja nas produções midiáticas. O termo homem ordinário, trabalhado por, entre outros autores, Michel de Certeau (1994), é de extrema importância para tratar das variadas práticas midiáticas atuais, na medida em que passam a se interessar pelo cotidiano, pelo comum, pelo prosaico, e principalmente, no nosso caso, pensar a Internet, já que muito indica que ela, sustentada pela *Web 2.0*, esteja abrindo-se para o singular, para a expressão da diferença.

O advento da Internet, principalmente com o desenvolvimento da *Web 2.0*<sup>ii</sup>, possibilitou a emancipação de um novo modelo comunicacional. A lógica hipermidiática, mais colaborativa e



descentralizada, promete romper com o paradigma transmissionista e estabelece uma disseminação informacional de muitos para muitos. A liberação do polo de emissão e o acesso a um banco de dados em expansão colocam o indivíduo comum, o homem ordinário, em uma relação nova com a mídia. O trivial, o comum e o corriqueiro tornam-se, em novos moldes, objetos de interesse crescente na arte e na mídia. O realismo, que se desenvolve inicialmente na literatura e no cinema, passa a ser apropriado, de maneira particular, pela televisão, pelos *reality shows*, e se abriga agora, com toda força, nos vídeos pessoais da Internet.

A Web 2.0 é atravessada por uma nova subjetividade, uma subjetividade continuamente exteriorizada e visível. Os muros que protegiam os lares burgueses e guardavam a segurança do *Homo psychologicus* e do *Homo privatus* sofreram abalos e agora parecem nem mais existir. Se na modernidade, a intimidade era guardada para si e revelada apenas dentro dos muros que protegiam o lar, na contemporaneidade, ela é projetada nas telas e se constitui em sua exposição. É o momento em que as subjetividades introdirigidas esvaem-se e dão espaço a subjetividades reconfiguradas e, agora, alterdirigidas. É na exteriorização que se constrói a subjetividade e é assim que o indivíduo parece individualizar-se (SIBILIA, 2008a).

O que se pensava estar inserido no interior de cada um e que garantiria uma possível *essência* parece estar cada vez mais se deslocando rumo à superfície do corpo, em algo como uma “experimentação epidérmica” (SIBILIA, 2008). A expressão desse deslocamento aparece na ânsia de se mostrar, de ser visto, de se edificar como uma subjetividade visível. Há uma necessidade de se exibir para alguém, na medida em que esse eu só existe na confirmação do outro e em sua visibilidade (BRUNO, 2004; SIBILIA, 2008a; 2008). A autoexposição hoje é, também e principalmente, uma forma de inclusão nas redes de informação, entretenimento e consumo.

Para compreender, contudo, as mutações contemporâneas em torno da biopolítica, é preciso entender que essa exteriorização não é simplesmente a emergência de uma subjetividade constituída como interioridade, aos moldes da subjetividade moderna, mas, primordialmente, uma subjetividade que se constitui na própria projeção. É na exteriorização que esse *eu* agora se compõe e é ao se mostrar que o indivíduo existe, constrói a sua identidade e se estabelece enquanto sujeito. (BRUNO, 2004; SIBILIA, 2008a; 2008).

Sob a influência das novas tecnologias comunicacionais, subjetividade e visibilidade relacionam-se de maneira distinta e em novos moldes. *Weblogs* e *webcams* abrem espaço na Internet para a exposição do íntimo e do privado que, por um lado propicia a emancipação de uma subjetividade epidérmica e, por outro, privatiza o olhar do outro, antes público e coletivo. É fundamental perceber que, no interior desses novos dispositivos, intensifica-se a visibilidade em torno do indivíduo comum, dando continuidade a uma mudança de foco iniciada na modernidade. A incidência do foco de visibilidade, antes voltada para aqueles que exerciam o poder no regime de soberania, inverte a sua lógica incidindo sobre o homem ordinário já no mundo moderno (BRUNO, 2004, p. 110-111).

Thompson (2008), ao criticar as relações que Foucault estabelece entre visibilidade e poder nas sociedades ocidentais, mostra que o argumento do autor é que a sociedade do *ancien regime* era uma sociedade do espetáculo, no sentido de que o poder soberano era intimamente ligado às manifestações públicas do príncipe. Poucos eram visíveis para muitos e a visibilidade desses poucos era uma maneira de exercer o poder, como no caso dos julgamentos públicos (THOMPSON, 2008, p. 25).

Na modernidade, a antiga visibilidade de poucos por muitos perde o seu espaço para uma visibilidade centrada nos dispositivos de disciplina e vigilância que, ao penetrar as esferas da

vida, muda o foco em direção ao indivíduo comum e estabelece uma visibilidade em que muitos são observados por poucos. A sociedade disciplinar, com as suas esferas de vigilância – a escola, a fábrica, o exército, etc. – e o emprego de estratégias mais aperfeiçoadas para exercer o controle substituíram o espetáculo da figura do soberano pelo olhar normativo, bem representado pelo panóptico de Bentham. No conhecido modelo do panoptismo, os indivíduos não mais testemunham um espetáculo, mas são objetos de vigilância, pois “a visibilidade é uma forma de controle” (THOMPSON, 2008, p. 26).

A crítica de Thompson (2008) à relação entre visibilidade e poder desenvolvida por Foucault é decorrente, segundo o autor, da incapacidade de entender essa relação instável na sociedade de hoje se as mídias comunicacionais forem negligenciadas. Por não considerar o papel das mídias nesse processo, Foucault não teria percebido que a relação entre poder e visibilidade aqui é bem distinta daquela inerente ao Panóptico. Se esta expõe muitos à visão de poucos, a mídia permite o contrário ao fazer com que poucos, geralmente os que exercem o poder, possam ser vistos por muitos. Esse tipo de visibilidade, contudo, não se assemelha ao tipo de espetáculo do antigo regime proposto por Foucault, pois essa visibilidade mediada não necessita o compartilhamento de um domínio comum (THOMPSON, 2008, p. 27). De forma semelhante à de Thompson (2008), Thomas Mathiesen (1997), citado por Bauman (1999), também desloca a perspectiva foucaultiana, ao se atentar para o surgimento de novas técnicas de poder com a emergência dos meios de comunicação de massa, especialmente a televisão, o que daria origem a um dispositivo Sinóptico (BAUMAN, 1999, p. 60).

Comomostra Bauman (1999), o Sinóptico inverteria mais uma vez o foco de visibilidade, ao desprender a atenção em torno do homem comum e voltá-la para as grandes figuras, compostas por artistas e celebridades que, ao “venderem” suas vidas e seus estilos de vida, capturam o indivíduo ordinário pela sedução:

O Sinóptico é, por sua natureza, global: o ato de vigiar desprende os vigilantes de sua localidade, transporta-os pelo menos espiritualmente ao ciberespaço, no qual não mais importa a distância, ainda que permaneçam no lugar. Não importa mais se os alvos do Sinóptico, que agora deixaram de ser os *vigiados* e passam a ser os *vigilantes*, se movam ou fiquem parados. Onde quer que estejam e onde quer que vão, eles podem ligar-se – e se ligam – na rede extraterritorial que faz muitos vigiarem poucos. O Panóptico *forçava* as pessoas à posição em que podiam ser vigiadas. O Sinóptico não precisa de coerção – ele seduz as pessoas à vigilância. E os poucos que os vigilantes são estritamente selecionados (BAUMAN, 1999, p. 60).

Certamente, como diz Bruno (2004), a massa de indivíduos comuns passa a ocupar, sob a influência desse novo dispositivo, o papel de vigilantes ou observadores daqueles poucos que possuem visibilidade. A pesquisadora, contudo, percebe, em via inversa, uma reconfiguração dessa visibilidade mediada, que também abre espaço para o homem ordinário e sua vida prosaica, mas não mais assegurado pelas instituições disciplinares, e sim pelos *reality shows* televisivos, pela Internet e seus dispositivos de exposição da intimidade. Isso tampouco significa que o espetáculo da celebridade seja extinto, pois eles se alimentam um do outro, ainda que guardem diferenças na natureza do espetáculo e da relação com o público (BRUNO, 2004, p. 115).

Paralelamente à intensificação da visibilidade em torno do homem comum, as novas tecnologias de comunicação e informação impactam ainda a noção e a experiência de intimidade, ao obscurecer as fronteiras que separavam aparência e realidade; sendo antes a primeira



característica da exterioridade, de um falseamento, e a segunda da interioridade, de uma verdade (BRUNO, 2004, p. 111). No mesmo caminho, também mostra Ferraz (2009), seguindo as ideias de Sennett (1999), que nas metrópoles modernas do século XVIII, o espaço público era o ambiente de “máscaras enganosas”, enquanto o espaço privado era o local onde se desenvolvia o verdadeiro eu. Foucault (1988) também corrobora ao propor um dispositivo da sexualidade que, ao contrário da repressão na modernidade, incitaria o indivíduo moderno a escavar a verdade no seu interior para posteriormente levá-la à superfície.

Como apontam Bruno (2004) e Sibilia (2008), a “verdade” encontra-se agora na superfície do corpo, mais especificamente, ela se constitui na visibilidade dele perante a privatização do olhar de *outrem*. Subjetividade, visibilidade e tecnologia, portanto, tornam-se completamente imbricadas na contemporaneidade. A transformação, fala-nos Brasil e Migliorin (2007), é perceptível na disseminação de vídeos amadores na rede. Os indivíduos comuns tomaram o espaço de práticas voyeurísticas outrora ocupadas por *paparazzi* e celebridades:

De um lado, o indivíduo comum – o homem ordinário – passa a ser ele também visado por imagens interessadas na intimidade alheia. De outro lado, qualquer um que possua uma câmera portátil (basta um simples celular, por exemplo) é capaz de captar e distribuir cenas de si e de outrem. No limite, nos tornamos *paparazzi* de nós mesmos (BRASIL; MIGLIORIN, 2007, p. 8).

Assumir o papel de *paparazzi* de nós mesmos, em outras palavras, a exposição de si na nas redes de informação, é buscar conquistar o olhar do outro, que agora é função delegada ao indivíduo, ao privado (BRUNO, 2004, p. 118). A tarefa de se recomodificar e também de se tornar mais atrativo para o mercado, com a mudança da sociedade de produtores para a sociedade de consumidores, deixou de ser tarefa das instituições e organizações e passou a ser tarefa pessoal. (BAUMAN, 2008, p. 16). No diagrama moderno, o olhar do outro é essencial para a construção do indivíduo e de sua identidade, não sendo possível pertencer a um coletivo e constituir-se como sujeito fora do alcance desse olhar (BRUNO, 2004, p. 118).

Promover-se perante o olhar do outro pode ser entendido como forma de se conformar enquanto sujeito e, em última instância, de inserção e pertencimento, cabe-nos refletir ainda sobre as motivações do engajamento do indivíduo enquanto espectador. Ao discutirem a repercussão de vídeos amadores e anônimos na esfera pública, Brasil e Migliorin (2007) apontam três destas motivações: o efeito de real das imagens, a mistura entre vigilância e entretenimento que elas oferecem e, por fim, o convite à difusão dos vídeos e a possibilidade de alteração das imagens:

Podemos nos perguntar, nesse momento, sobre qual o modo de engajamento do espectador em relação a estas imagens. Este nos parece mobilizado por, pelo menos, três motivações. Primeiramente, como vimos, as imagens engajam o espectador pelo efeito de real que produzem, por seu poder de evidência, intensificado pelo caráter emergencial de sua aparição. Em segundo lugar, elas mobilizam o espectador por operarem, justamente, no deslimite entre vigilância e entretenimento, fazendo convergir prazer voyerístico e pulsão escópica. Por fim, não menos importante, o espectador é estimulado a colaborar, a participar da difusão e da alteração das imagens, tornando-se ele mesmo produtor. Mas, aqui também, desaparece na rede de enunciação coletiva, que, nesse caso, representa menos uma problematização crítica do domínio de autoria, do que uma espécie de refúgio sem lhe demandar nada (ou muito pouco), sem que ele se obrigue a esboçar qualquer formulação ética, se satisfazendo em receber, se entreter e reproduzir (BRASIL; MIGLIORIN, 2007, p. 3-4).

O efeito de real, aponta Sibilia (2008), sustenta o desejo contemporâneo por pedaços da intimidade alheia. À medida que se ficcionaliza e se estetiza a vida, cria-se a necessidade de experiências que sejam de fatos reais ou, no mínimo, que pareçam ser. Os *reality shows* oferecem o sucesso do espetáculo da realidade na TV, enquanto a Internet abre caminhos para a multiplicação de vídeos confessionais que insistem em apresentar um *eu* real, mesmo que aparentemente ambíguo. Nesse contexto, enquanto os canais midiáticos são invadidos pela multiplicação de imagens e narrativas que mostram a “vida real”, a própria vida inclina-se para o lado da ficção, ao copiar os códigos midiáticos já naturalizados. Em uma sociedade marcada pela especularização, as fronteiras entre o real e o fictício são obscurecidas (SIBILIA, 2008, p. 195-196).

Paradoxalmente, a vida comum tomada pela especularização das técnicas midiáticas, contudo, sugere Lemos (2002), não apresenta nenhuma complexidade, nenhuma aventura ou feito emocionante, mas apenas a vida banal, agora disposta para milhões de espectadores potenciais. A vida enquanto espetáculo é a apresentação dela mesma em sua banalidade.

É a consonância entre o espetáculo e os pequenos momentos do cotidiano e da intimidade do indivíduo que, talvez, capte a curiosidade do espectador para essas imagens que, como vimos, estão na interseção entre entretenimento e vigilância. Nesse ponto, vale discutir a segunda questão referente ao engajamento do espectador. Bruno (2008) nos diz da dupla herança que carrega a vigilância contemporânea que, por um lado, retém as características da administração moderna, ao incitar a eficiência e a produtividade e, por outro, mantém a vivacidade e o divertimento da cultura do espetáculo, emergente com as cidades modernas.

Ao mesmo tempo em que a sociedade moderna fez dos indivíduos um foco de visibilidade dos procedimentos disciplinares, ela também os incitou e os excitou enquanto espectadores de toda uma cultura visual nascente, intimamente atrelada à vida urbana. Observadores estimulados e excitados pelo fluxo movente da vida e das paisagens modernas, pela aceleração dos ritmos e deslocamentos, pela complexificação da vida urbana, pelo advento de novos objetos e mercadorias, bem como pelas novas tecnologias de produção e reprodução da imagem (fotografia, cinema, estereoscópico, etc.) (BRUNO, 2008, p. 1).

Ainda segundo Bruno (2008), o entrelaçamento entre vigilância e entretenimento torna-se ainda mais visível pela multiplicação de *reality shows*, que combinam dispositivos de vigilância e confinamento em função do entretenimento, e também das práticas confessionais, como as que acontecem nos weblogs, nos sites de vídeos, nas redes sociais, etc., “em que as relações sociais se tecem atreladas a uma mistura de voyeurismo, exibicionismo e vigilância” (BRUNO, 2008, p. 1), e que convocam o espectador a “dar uma espiadinha”, como diria Pedro Biau, apresentador da versão brasileira do *Big Brother*.

Por fim, como terceira motivação para o engajamento do espectador, teríamos o convite à difusão e à alteração das imagens, entre outras formas de participação (ou de “efeito de participação”). Como mostra Brasil (2010), ao refletir sobre as imagens contemporâneas:

[O espectador] é convocado a interagir, votar, a criar ele próprio suas imagens, disponível a participar de um jogo, no qual se engaja, mas de forma parcial, na maioria das vezes ilusória. Ao espectador se oferece autonomia crescente diante dos produtos culturais, convidando-o não apenas a se identificar, mas de uma forma ou de outra, a tomar parte da cena, povoá-la com algo de seu *modo de vida*. Tomar parte aqui tem o sentido de *colaborar*, na medida em que se criam estratégias que permitem ao espetáculo incorporar a

autonomia dos espectadores, tornando-a valor. Ironicamente, as proposições de abertura das obras à participação do público – algo que atravessa a história das vanguardas e neo-vanguardas da arte e do cinema – se realizam, agora, não mais como procedimento crítico-reflexivo, mas como estratégia de adesão e de colaboração. Algo que confirma e leva ao limite a percepção foucaultiana de que a biopolítica é a forma de poder imanente que se exerce em meio à liberdade e à autonomia (BRASIL, 2010, p. 6).

Liberdade e a autonomia são, assim, os propulsores que convidam cada indivíduo a se construir como sujeito na imagem e, duplamente, que evocam todos os demais a participar dessa conformação do outro, seja simplesmente observando, editando ou disseminando as imagens na rede. Se por um lado, é nesse contexto em que o *show do eu*, aliado às potencialidades da *Web 2.0*, possibilita o estímulo à criação, vale a pena pensar, por outro lado, sob a influência e no interior de quais dispositivos estaríamos trabalhando.

Pelbart (2003) mostra que somos atravessados por diferentes fluxos de imagens e de informação que engendram “formas de vida” (p. 2). Vivemos sob o *modus operandi* de um sistema biopolítico que opera essencialmente no domínio da subjetividade. Como nos mostrara pioneiramente Deleuze (1992), os muros que controlavam a sociedade disciplinar – de interdição e de confinamento - paulatinamente cederam espaço para uma forma de controle nômade, flexível e plástica, marcada por um poder cuja força encontra-se na modulação, na própria mobilidade. Paradoxalmente, quanto mais livre, autônomo e em trânsito se encontra o indivíduo, mais passível ele está ao exercício de estratégias de controle.

O estímulo ao trabalho, a garantia do controle e da obediência, e a manutenção dos mecanismos de inclusão e de exclusão, em outras palavras, a conservação de um estado de coisas, eram práticas trabalhadas dentro das estruturas das instituições sociais da sociedade disciplinar. Com a passagem da sociedade disciplinar à sociedade de controle, os dispositivos de poder, inseridos até então em uma lógica fechada, geométrica e quantitativa, tornam-se flexíveis e modulares. Os aparatos de controle ultrapassam os limites institucionais de confinamento e, estruturam-se em uma forma de controle aberta, qualitativa e afetiva (HARDT; NEGRI, 2000, p. 1-2).

Não é de se estranhar que o poder tenha se tornado nômade. Frente à fluidez generalizada – fluxos de pessoas, de mercadorias, de informação, de imagens e de capital – destinadas ao fracasso estariam aquelas estratégias que investissem, estritamente, no confinamento. É na própria circulação, portanto, que o controle é exercido, já que a sua captura atinge um campo em constante (re)territorialização: o desejo. É na venda de um modo de vida, de uma promessa, de uma potencialidade que consumimos uma infinidade de subjetividades (PELBART, 2003).

Capital e subjetividade, portanto, relacionam-se de uma maneira nova na contemporaneidade. O capital não somente penetra em nosso espírito e instala-se na consciência, como também coloca as diferentes esferas da existência a trabalhar (PELBART, 2003, p. 3). Seja na Internet ou fora dela, o potencial criativo é constantemente absorvido pelo mercado, que, simultaneamente, estimula tais forças e também as desativa, para convertê-las em mercadoria (SIBILIA, 2008a, p. 10). “Essa subjetividade vampirizada, essas redes de sentido expropriadas, esses territórios de existência comercializados, essas formas de vida visadas não constituem uma massa inerte e passiva a mercê do capital, mas um conjunto vivo de estratégias” (PELBART, 2003, p. 3).

As imagens e os vídeos que ganham espaço na Internet, protagonizados por indivíduos comuns, pelo homem ordinário, o qual revela o seu cotidiano e sua vida íntima, repercutem na

esfera pública, revelando o que antes era reservado ao espaço privado ou guardado apenas para si próprio. Como mostra Bauman (2008), em uma sociedade de viés confessional, como a que vivemos, o ato público é transformado em virtude, ou mesmo em dever. Qualquer tentativa de privacidade, insistência de não se tornar público, deve ser rechaçada (BAUMAN, 2008, p. 9). Todas essas confissões estão inseridas em fortes estratégias de uma sociedade marcada pelo consumismo, que estimula e induz os indivíduos a promoverem uma mercadoria cada vez mais desejada. Essa mercadoria, insistentemente trabalhada para se tornar mais atraente e vendável, é o próprio indivíduo (BAUMAN, 2008, p. 13).

Segundo Bauman (2008), em uma sociedade em que o consumismo assume um lugar central, não há como ser sujeito sem antes tornar-se mercadoria:

Na sociedade de consumidores, ninguém pode se tornar sujeito sem primeiro virar mercadoria, e ninguém pode manter segura sua subjetividade sem reanimar, ressuscitar e recarregar de maneira perpétua as capacidades esperadas e exigidas de uma mercadoria vendável. A “subjetividade” do “sujeito”, e a maior parte daquilo que essa subjetividade possibilita ao sujeito atingir, concentra-se num esforço sem fim para ela própria se tornar, e permanecer, uma mercadoria vendável. A característica mais proeminente da sociedade de consumidores – ainda que cuidadosamente disfarçada e encoberta – é a *transformação dos consumidores em mercadorias*; ou antes, sua dissolução no mar de mercadorias (BAUMAN, 2008, p. 20).

Nesse mar de mercadorias, permanecer à margem da visibilidade é o mesmo que caminhar rumo à inexistência (BAUMAN, 2008). Poder-se-ia afirmar que a produção de imagens e de vídeos nas redes sociais é uma tentativa de destacar-se, fazendo da própria vida mercadoria, fonte de emancipação e de constituição de si mesmo. Para além do determinismo tecnológico, as imagens e os vídeos pessoais da Internet podem ser considerados assim como um processo estimulado por forças do capital, que trabalha constantemente o potencial criativo e, em última instância, com a própria vida. Vale pensar no estatuto dessa liberdade na contemporaneidade, na medida em que essa expressão, vista como forma de emancipação no passado, pode ter-se transformado, em algumas experiências, em mais uma estratégia de consumo e marketing. Como lembra Lazzarato (2004), na esteira de Gilles Deleuze, na sociedade de controle, o corpo trancado no operário, no louco, no doente, trabalhado pelas disciplinas, cede espaço a uma alma e um corpo marcados e atravessados por diferentes fluxos. É nessa perspectiva que se vê a tão laureada liberdade como um dispositivo de controle, que coloca, como mostram Sibilia (2008) e Pelbart (2003), a trabalhar, a produzir, a inventar, a criar, estimulando-nos, mas, simultaneamente, absorvendo o que não lhe escapa para transformá-lo, no momento propício, em informação e mercadoria. Não sendo, por isso, totalmente controlado, escapando das estratégias do poder e reinventando-se de maneira singular.

## REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vida para consumo. A transformação das pessoas em mercadorias*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BRASIL, André; MIGLIORIN, Cezar. Última foto: possibilidade da imagem. *Revista Cinética*, Rio de Janeiro/São Paulo, 01 set. 2007.

BRASIL, André. *Modulação/Montagem*: ensaio sobre biopolítica e experiência estética. 99f. Tese (Doutorado do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Escola de Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2008.

BRASIL, André. Formas de vida na imagem: da indeterminação à inconstância. Trabalho apresentado ao *XIX Encontro da Compós*, PUC-RJ, Rio de Janeiro, RJ, junho de 2010. Disponível em: <[http://www.compos.org.br/data/biblioteca\\_1511.doc](http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1511.doc)>. Acesso em: 06 jan. 2012.

BRUNO, Fernanda. Máquinas de ver, modos de ser: visibilidade e subjetividade nas novas tecnologias de informação e de comunicação. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, v. 24, p. 110-124, 2004.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CIRINO DOS SANTOS, Juarez. Trinta anos de Vigiar e Punir – Foucault. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, v. 1, p. 289-298, 2006.

DELEUZE, Gilles. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: *Conversações*: 1972-1990. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992, p. 219-226.

DUARTE, André de Macedo. De Michel Foucault a Giorgio Agamben: a trajetória do conceito de biopolítica. In: SOUZA, Ricardo Timm de; OLIVEIRA, Nythamar Fernandes de (Org.). *Fenomenologia Hoje III – Bioética, biotecnologia, biopolítica*. Porto Alegre: Editora da PUCRS, 2008, v. 3.

FERRAZ, Maria Cristina Franco. Do espelho machadiano ao ciberespelho: interioridade na atual cultura somática. *Revista FAMECOS*, v. 1, p. 85-90, 2009.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade*, vol. 1 *A vontade de saber*. 19ª ed, Rio de Janeiro: Editora Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*: história da violência nas prisões. Tradução de Raquel Ramalhe. 36ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

HARDT, Michael; NEGRI, Toni. La producción biopolítica. In: *Multitudes* 1, 2000. Disponível em: <<http://multitudes.samizdat.net/La-produccion-biopolitica>>. Acesso em: 06 Jan 2012.

LAZZARATO, Maurizio. Creer des mondes: Capitalismo contemporain et guerres esthétiques. *Multitudes: Art Contemporain: La recherche du dehors*, Paris, v. 15, 2004.

LE MOS, André. A Arte da Vida. Diários Pessoais e Webcams na Internet. *Cultura da Rede. Revista Comunicação e Linguagem*, Lisboa, 2002. Disponível em: <<http://www.andrelemos.info/artigos/arte%20da%20vida.htm>>. Acesso em: 06 Jan 2012.

PELBART, Peter Pál. Poder sobre a vida, potências da vida. In: PELBART, P. *Vida Capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Ed. Iluminuras, 2003.

RODRIGUES, Rodrigo. *A escuta e o virtual: sensação, pensamento e a criatividade musical na Internet*. 161f. Tese (Doutorado do Programa de Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, 2007.

SIBILIA, Paula. *O show do eu: A intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. v. 1. 284 p.

SIBILIA, Paula. A digitalização do rosto: Do transplante ao PhotoShop. *Cinética*, v. 1, p. 1, 2008a.

THOMPSON, John B. A nova visibilidade. *MATRIZES*. São Paulo, n. 2, p. 15-38, 2008. Disponível em: <<http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/view/82>>. Acesso em: 06 Jan 2012.

VAZ, Paulo. O Corpo-Propriedade. In: Fausto Neto, A.; Pinto, M. J. (Org.). *Mídia e Cultura*. Rio de Janeiro: Diadorim – COMPÓS, 1997.



- i O presente artigo é fruto de uma dissertação de mestrado que trata dos vídeos confessionais do *Youtube* a partir de um viés biopolítico.
- ii O termo *Web 2.0* refere-se à segunda geração de comunidade e serviços, tendo como central a ideia de web como plataforma.